



ESTADO DE ALAGOAS
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL
GABINETE DEPUTADA FÁTIMA CANUTO

Assembleia Legislativa de Alagoas



PROTOCOLO GERAL 831/2024
Data: 18/04/2024 - Horário: 17:11
Legislativo

PROJETO DE LEI Nº _____/2024

RECONHECE COMO PATRIMÔNIO CULTURAL DE NATUREZA IMATERIAL DO ESTADO DE ALAGOAS, A ENCENAÇÃO DA ÚLTIMA EXECUÇÃO POR PENA DE MORTE NO BRASIL, OCORRIDA NO MUNICÍPIO DE PILAR/AL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS decreta:

Art. 1º Fica reconhecido A ENCENAÇÃO DA ÚLTIMA EXECUÇÃO POR PENA DE MORTE NO BRASIL OCORRIDA NO MUNICÍPIO DE PILAR/AL como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial do Estado de Alagoas.

Parágrafo único. Entende-se por Patrimônio Cultural, os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, em conformidade com o artigo 216 da Constituição Federal.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões da Assembleia Legislativa Estadual, em Maceió,
18 de abril de 2024.


FÁTIMA CANUTO
Deputada Estadual



ESTADO DE ALAGOAS
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL
GABINETE DEPUTADA FÁTIMA CANUTO

JUSTIFICATIVA PARA O PROJETO DE LEI

A HISTÓRIA

Numa emboscada, o capitão de guarda nacional João Evangelista de Lima e sua esposa Josepha Marta de Lima, proprietários do Hotel Central, no município de Pilar (AL) foram brutalmente assassinados a pauladas. Os acusados pelas mortes foram os ex-funcionários e escravos Francisco, Prudêncio e Vicente. Os réus foram condenados pelo juiz da comarca de Pilar à pena de morte e prisão perpétua.

Após cometerem os assassinatos, os escravos buscaram refúgio em outras cidades. O escravo Vicente fugiu para o Engenho Hortelã, localizado no município de Marechal Deodoro (AL), mas foi capturado. Já Francisco e Prudêncio fugiram para a cidade de Pesqueira (PE). Em confronto com a polícia, Prudêncio morreu e Francisco foi capturado.

Vicente e Francisco ficaram presos por dois anos e até a condenação da justiça. O juiz deu o veredito final com a condenação de pena de morte a Francisco e a Galé Perpétua (prisão perpétua) a Vicente. O imperador Dom Pedro II não se pronunciou sobre a situação do escravo Vicente, que morreu na prisão, e negou o pedido de “Graças” ao escravo Francisco, condenado a morrer na forca. Após a execução de Francisco, Dom Pedro II determinou a extinção da pena de morte com a Proclamação da República e a edição do Código Penal de 1890.

A ENCENAÇÃO

Em Alagoas, a encenação lembra os 148 anos da última execução por pena de morte no Brasil, ocorrida às 13h do dia 28 de abril de 1876. O espetáculo conta também com uma exposição de escrituras e jornais da época que relataram o caso do escravo Francisco.

Ao todo, 60 profissionais são envolvidos na encenação do drama do escravo começa após a celebração de uma missa, realizada na Igreja Nossa Senhora do Rosário,



ESTADO DE ALAGOAS
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL
GABINETE DEPUTADA FÁTIMA CANUTO

onde o escravo pede para fazer a sua última oração antes de ser morto. O juiz dá o veredito e lê a condenação do escravo. O cortejo percorre cerca de três quilômetros pelas principais ruas da cidade com destino ao sítio Bonga, onde a forca o espera. Mulheres choram, o padre reza, enquanto o juiz e o carrasco do escravo negam aos pedidos e levam Francisco para a forca erguida no sítio. Este é o momento final da encenação, que dura cerca de uma hora e meia.

Pelos motivos anteriormente relatados e, com a finalidade de valorizar o espetáculo teatral, auxiliando no seu regular funcionamento que apresento o presente projeto de lei para apreciação dos nobres colegas deputados e deputadas desta Egrégia Casa Legislativa, solicitando, desde já, o apoio para a tramitação e aprovação desta proposta.

Sala das Sessões da Assembleia Legislativa Estadual, em Maceió,

18 de abril de 2024.


FÁTIMA CANUTO
Deputada Estadual